

## **MORDER PARA VIVER E ESCREVER PARA LEMBRAR: MULHERES QUE MORDEM, DE BEATRIZ LEAL, E A REMEMORAÇÃO DO TEMPO QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO NA AMÉRICA LATINA**

**Natasha Centenaro** – nacentenaro@gmail.com

Doutoranda em Letras - Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista CNPq.

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar a construção das personagens femininas e as suas relações com as ditaduras militares latino-americanas no livro *Mulheres que mordem*, da autora brasileira Beatriz Leal. Publicado em 2015 e finalista do 58.º Prêmio Jabuti, o romance, centralizado na ditadura argentina, estabelece diferentes pontos de vista sobre esse período e suas consequências. A partir da perspectiva dessas mulheres é possível traçar um percurso histórico de movimentos como As Mães e as Avós da Praça de Maio, para, assim, refletir sobre os vínculos da literatura com a memória, especialmente, coletiva, e os processos de escrita de um tempo passado, porém recente e ainda visceral. Durante essa trajetória, serão utilizadas autores como Beatriz Sarlo, Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur, para tratar sobre memória. Também se pretende discutir as implicações da escrita ficcional como ferramenta para a produção simbólica e à rememoração (e atualização) desses fatos históricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** ditaduras na América Latina; perspectiva feminina; mulheres que mordem; Beatriz Leal.

*Se tivesse de falar por mim, diria que encontrei na literatura (tão hostil a que se estabeleçam limites de verdade) as imagens mais exatas do horror do passado recente e da sua textura de ideias e experiências.*  
Beatriz Sarlo

### **1 ANTES DA MORDIDA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O romance *Mulheres que mordem*, da autoria de Beatriz Leal, escritora, jornalista, especialista em relações internacionais e comunicação pública, foi publicado em 2015 e finalista da 58.ª edição do Prêmio Jabuti no ano seguinte, 2016. Ano esse em que se completaram os quarenta anos do último golpe militar na Argentina, acontecido no dia 24 de março de 1976.

Nas páginas que se seguem, pretende-se expor, inicialmente, o contexto histórico em que o romance está situado e a importância de localizá-lo como um livro escrito por uma mulher em âmbito de América Latina e que trata sobre fatos recentes do passado dessa parte do continente. É notável que um dos traços historicamente comum entre esses países são os conflitos, políticos, econômicos, sobretudo, bélicos, sejam eles por independência das metrópoles colonizadoras, por disputas internas de poder, por disputas de classes, sejam de resistência aos golpes militares e as implantações de regimes ditatoriais. É claro, observando e respeitando as diferenças nos processos

de cada um dos países. A partir de um recorte estabelecido no período das ditaduras militares na segunda metade do século XX, este trabalho busca focalizar o episódio da Argentina.

No segundo momento, procura-se tecer a análise sobre o romance, as personagens femininas e suas relações com essa ditadura. A análise se concentrará a partir das situações narrativas vivenciadas pelas mulheres, a construção dessas personagens, no plano da ficção, e a correspondência com o contexto histórico. Ademais, procura-se estabelecer os vínculos com as questões da memória, utilizando-se, para tanto, do aporte das teorias de Beatriz Sarlo (2007), Maurice Halbwachs (1990) e Paul Ricoeur (2007; 2008). Pretende-se, ainda, discutir as implicações da escrita ficcional como ferramenta para a produção simbólica e à rememoração (e atualização) desse passado, que não pode ser esquecido para não se ter o risco de ser repetido<sup>1</sup>.

## **2 A PRIMEIRA MORDIDA SANGRA: AS DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA-LATINA E O CASO DA ARGENTINA EM PERSPECTIVA**

O contexto é de pós Segunda Guerra Mundial e a atmosfera belicista, nuclear e político-econômica de Guerra Fria se instalava num cenário em que os atores principais enfrentavam-se “indiretamente”: de um lado, os Estados Unidos reivindicando sua supremacia capitalista como troféu de guerra; do outro, a União Soviética espalhando-se e influenciando aliados comunistas. A “real ameaça comunista” pairava no ocidente.

Junto a isso, alguns fatores foram decisivos para ampliar o medo e propagar um clima de medidas intervencionistas necessárias para se manter a ordem: durante as décadas de 1960 e 1970 houve um crescimento dos movimentos sociais na América Latina a favor da ampliação de direitos civis e trabalhistas, distribuição de rendas e terras, garantias democráticas e melhorias de vida; a Revolução Cubana em 1959 que depôs o governo de Fulgêncio Batista, apoiado pelos Estados Unidos, foi um marco desse embate bipolarizado e suas consequências no continente Americano foram repercutidas nos dois sentidos – aos que encontravam na instalação de uma nova ordem social e econômica a salvação e aos que viam nela a materialização desse fantasma comunista; a criação, a divulgação e a instituição generalizada da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), uma

---

<sup>1</sup> Tendo em vista, sobretudo, a fragilidade do sistema democrático no Brasil, que adquiriu, desde 2016, com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), e, mais recentemente, com a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro, autorizada pelo presidente Michel Temer (MDB), uma atmosfera de insegurança e medo. São constantes as manifestações em favor da “volta” desse período, com frases e slogans do tipo: “Intervenção Militar já” e “Pela volta da ditadura no Brasil”. Na ocasião do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do pedido de *habeas corpus* do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o pronunciamento em rede social Twitter do General Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, gerou polêmica sobre as intenções dos militares que retornam ao centro dos debates e como candidatos a cargos políticos. Conforme notícia do jornal *El País*. Data 02/04/2018. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550\\_276313.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html) > Acesso em 02 de abril de 2018.

série de princípios estabelecidos por um grupo de civis norte-americanos, *National Security People*, que propunha ao país esse papel decisivo em oposição e combate às intenções expansionistas da União Soviética (comparada à Alemanha nazista pré Segunda Guerra) (MENDES, 2013).

É nesse cenário que a América Latina encontra-se. Como resultado e consequência dessa conjuntura macro e dos conflitos internos de classes, bastante arraigados desde o sistema colonial-exploratório, que, dos anos 1950 aos anos 1990 (quando a última ditadura, a do General Augusto Pinochet no Chile, termina), mais da metade dos países sofreram intervenções e instalações de regimes militares (ou civil-militares: com a participação de setores da sociedade civil diretamente ou em apoio). Os registros dão conta de golpes militares na Guatemala e no Paraguai já no ano de 1954; depois, sucederam-se em muitos outros países, como Brasil, Bolívia, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, República Dominicana e Nicarágua, por exemplo<sup>2</sup>.

É claro, não é possível generalizar todos esses regimes autoritários ou como unidade, efetivar comparações grosseiras e colocar causas, consequências e *modus operandi* da mesma forma para todos os países, pois cada exemplo desses tem suas peculiaridades e necessita de estudo aprofundado<sup>3</sup>. A Bolívia teve, desde 1964, vários golpes e contragolpes, com mais de uma dezena de presidentes se sucedendo (ou retornando) ao governo. Já no Peru, a junta militar liderada pelo General Juan Velasco Alvarado, em 1968, realizou uma série de reformas progressistas e nacionalistas, com intenção de promover uma ampla reforma agrária. Porém, como constata o historiador Lúcio Flávio Vasconcelos (2015, p. 143), esse intuito “não foi suficiente para superar os antagonismos sociais aguçados por uma economia frágil e fortemente vinculada ao mercado exterior”, tendo em vista que apenas 25% da população rural foi beneficiada pela distribuição de terras<sup>4</sup>.

De acordo com Mendes (2013, p. 8), os regimes autoritários impostos na região do Cone Sul tiveram alguns fatores semelhantes, além da disseminação da Doutrina Nacional de Segurança (DNS) e da rede de influências e trânsito de informações possibilitada pela Operação Condor<sup>5</sup>, com auxílio e manutenção dos Estados Unidos, houve participação de setores organizados da

---

<sup>2</sup> Conforme Mendes (2013, p. 8), após a instalação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cujo pioneirismo coube ao Brasil em 1964, vários países do Cone Sul também aderiram, como Argentina (1966 e depois em 1976), Chile (1973) e Uruguai (1976). Assim, com exceção da Venezuela e do México, sob a influência e prática da DSN, em maior ou menor grau, a quase totalidade dos países da América Latina sofreu intervenções e instauração de regimes autoritários.

<sup>3</sup> Para outras informações, recomenda-se o artigo “Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul - Historiografia e Perspectivas”, de Ozias Paese Neves e Vinícius Liebel, publicado na Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.º. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015. Disponível em: <<http://revista.anphlac.org.br/>>. Acesso em 02 de abril de 2018.

<sup>4</sup> Para informações sobre esse processo no Peru, recomenda-se o artigo “Ditadura militar e reformismo no PERU (1968-1975)”, de Lúcio Flávio Vasconcelos, publicado na Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA [32]; João Pessoa, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/27094/14445>> Acesso em 02 de abril de 2018.

<sup>5</sup> Para outras informações, recomenda-se DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

sociedade civil conservadora e apoio de partidos políticos da direita liberal, tanto no Brasil, como na Argentina, no Uruguai e no Chile, apesar de as Forças Armadas se configurarem como os principais agentes. É por isso que vários autores e autoras denominam essas como ditaduras civil-militares.

Outro aspecto em comum desses regimes autoritários foi o uso da violência como forma de repressão a qualquer tipo de oposição. No Brasil, após a implantação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 1968, o poder passou a se concentrar no executivo, com o esvaziamento do legislativo e do judiciário, assim, as práticas de perseguição passaram a ser frequentes e a tortura se instrumentalizou como ferramenta e recurso de controle político e social. No Chile, por sua vez, depois do golpe contra o presidente Salvador Allende em setembro de 1973, todos os cargos administrativos passaram a ser ocupados por agentes das Forças Armadas e policiais, e em 1977 os partidos políticos foram dissolvidos. A repressão atingiu índices alarmantes no país, com cerca de um por cento da população chilena detida apenas no primeiro ano de governo e com milhares de vítimas, incluindo dois mil membros das próprias Forças Armadas (MENDES, 2013, p.9).

Enquanto no Brasil o regime se utilizava da tortura como método e no Chile o recurso era a eliminação dos (as) opositores (as), muitos (as) por fuzilamento, no Uruguai, o principal instrumento foi a prisão em massa e os sequestros. Conforme Mendes (2013, p. 10), citando os pesquisadores Enrique Padrós e Alain Rouquié, esse sistema de “pedagogia do medo” ocasionou a prisão de mais de sessenta mil pessoas, cinco mil prisioneiros (as) políticos e quinze mil cidadãos (ãs) com seus direitos perdidos, e desses (as) encarcerado (as) todos (as), somente dois por cento não sofreram alguma prática de tortura.

Dos países do Cone Sul e dos casos de políticas autoritárias de repressão e práticas de terror de Estado, a Argentina produziu e vivenciou uma das mais tristes, numéricas e avassaladoras. Um método cuja abordagem e a repercussão perpassam temporalidades históricas, fronteiras e memórias: o desaparecimento dos (as) opositores (as) ao regime e dos filhos e das filhas de presos(as) e desaparecidos(as) – bebês e crianças entregues para as famílias de militares e da elite social do país.

Conforme o relato do jornalista e escritor, presidente do Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS) e integrante da comissão diretora da *Human Rights Watch* e do Conselho Internacional de Jornalismo Investigativo, Horacio Verbitsky, os desaparecimentos fizeram parte de um método de treinamento das Forças Armadas seguindo o modelo francês adotado na Guerra da Argélia. A “eficiência” da desaparecimento de opositores (as) também contou com o apoio da Igreja Católica, que legitimou essa “prática” como uma “morte cristã”:

En Brasil y en Uruguay, lo fundamental fue la cárcel y la tortura, mientras en la Argentina la clave fue la desaparición forzada de personas, según el modelo francés de Argelia. La cárcel y la tortura por terribles que sean tiene una posibilidad de cicatrización con el tiempo mucho mayor que la desaparición. La desaparición de un hijo, de un padre, de una esposa, de quienes no se sabe nada, nadie explica nada, la frase famosa de Videla “el desaparecido no tiene entidad, no existe, no está” como única explicación. Esto produce un fenómeno psicológico muy fuerte que no se borra con el paso del tiempo, al contrario, se agiganta. Ellos usaron este método clandestino de la desaparición forzada por razones de eficiencia y con asesoramiento eclesiástico. En el año 1995 yo recibí la confesión de un oficial de la marina, el capitán Adolfo Scilingo, que dijo que el método de arrojar a los detenidos al mar desde aviones, estando aún con vida, fue aprobado por la jerarquía eclesiástica porque consideraban que era una forma cristiana de muerte, porque no sufrían, por primero los drogaban y los tiraban adormecidos (VERBITSKY, In. DO VALLE et al., 2014, p. 158)<sup>6</sup>.

A ditadura militar iniciada em 24 de março de 1976 foi a última de uma série de seis intervenções militares que a Argentina sofreu no decorrer do século XX. Um país que é conhecido pelos conflitos nos planos político-ideológico e econômico (nacionalismo X neoliberalismo), pelos sistemas de governo marcados pelo populismo (*Peronismo*, *Kirchnerismo*) e o enfrentamento de classes, com forte movimentação e reivindicação das camadas populares, setores de base e das forças trabalhadoras (a revolta sindicalista do *Cordobazo*, de 1969, a revolta popular do *Argentinazo*, de 2001, por exemplo.)<sup>7</sup> Esse período, denominado pelos militares como *Proceso de Reorganización Nacional* (Processo de Reorganização Nacional), também conhecido apenas como *Proceso*, estendeu-se até 1983. Ao longo desses sete anos, quatro juntas militares, com a reunião das três esferas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), sucederam-se no poder.

Nas explicitações de autores como Marcos Novaro e Vicente Palermo (2007), Gonzalo Adrián Rojas (2014), bem como no relato de Horacio Verbitsky (2014), surgem alguns pontos de consenso sobre o *Proceso*, cuja participação da sociedade argentina se efetivou no sentido de apoiar, mesmo que indiretamente, como uma medida necessária, e manter certa tolerância positiva ao

---

<sup>6</sup> No Brasil e no Uruguai, o principal foi a prisão e a tortura, enquanto na Argentina a chave era o desaparecimento forçado de pessoas, conforme o modelo francês da Argélia. Prisão e tortura, por mais terríveis que sejam, têm uma chance de serem curadas com o tempo, muito mais do que o desaparecimento. O desaparecimento de um filho, um pai, uma esposa, de quem nada se sabe, e ninguém diz nada, cuja famosa frase de Videla “o desaparecido não tem instituição, ele não existe, não está” é como a única explicação. Isso produz um fenômeno psicológico muito forte que não desaparece com a passagem do tempo, pelo contrário, torna-se gigantesco. Eles usaram esse método clandestino de desaparecimento forçado por razões de eficiência e com apoio eclesiástico. Em 1995, recebi a confissão de um oficial da Marinha, o capitão Adolfo Scilingo, que disse que o método de lançar prisioneiros ao mar a partir de aviões, enquanto ainda estavam vivos, foi aprovado pela hierarquia eclesiástica por considerá-lo uma forma cristã de morte, assim eles não sofreriam, porque, eram, primeiramente, drogados, e, depois, lançados ainda adormecidos (Tradução nossa).

<sup>7</sup> Para outras informações, recomenda-se o artigo “A ditadura militar na Argentina (1976-1983): retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais”, de Gonzalo Adrián Rojas, publicado na revista *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.32, p.163-176, jan./jun. 2014. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/gonzalo\\_adrian\\_rojas.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/gonzalo_adrian_rojas.pdf)> Acesso em 02 de abril de 2018.

golpe. O objetivo do regime era a reorganização da sociedade, a estabilidade político-econômica e pelo fim da violência dos grupos armados, das guerrilhas civis e dos grupos mais radicais das alas populistas do peronismo.

De acordo com Rojas (2014, p. 169), a maioria dos (as) desaparecidos (as) foram trabalhadores (as), conforme os dados da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), instituída pelo governo do presidente Raúl Alfonsín, que sucedeu a última junta militar: “Somando-se as porcentagens dos desaparecidos operários (30,2%), com os empregados (17,9%) e com os docentes (5,7%) tem-se um total de 53,8% sem considerar que, na categoria estudantes, alguns trabalhavam (CONADEP, 1987:296)”. Segundo o historiador (Id. Ibid.), foram oficialmente documentados pela CONADEP cerca de 340 campos clandestinos de detenção espelhados pelo país. Depois desse relatório de 1984, foram encontrados vários outros campos de concentração<sup>8</sup>.

Os dados relativos ao número total de desaparecidos (as) e mortos (as) divergem. Mendes (2013, p. 10) aponta essa divergência ao relatar, primeiramente, os números oficiais, de acordo com a CONADEP, que seriam nove mil pessoas, porém, a partir das estatísticas das organizações de direitos humanos, o total chegaria a quase trinta mil. Esse número foi apontado pelo historiador Luis Alberto Romero, citado por Mendes, e também no artigo de Gonzalo Adrián Rojas. Em reportagem especial do jornal Folha de São Paulo sobre os quarenta anos do golpe, as informações dão conta de que a CONADEP contabilizou, nos anos 1980, “7.954 casos de pessoas desaparecidas, com nome, sobrenome e circunstância do desaparecimento”<sup>9</sup>. Logo após, os registros contabilizavam cerca dez mil, sem contar os casos não denunciados e averiguados. Sendo, posteriormente, reconduzido aos trinta mil:

Os defensores de uma suposta "ditabranda" argentina reforçam que o número amplamente veiculado nos anos 70 e 80, o dos 30 mil, é uma ficção total, algo criado pelos exilados argentinos no exterior para angariar apoio à sua causa. Um indício mais recente de que o número era superior ao da contagem inicial, porém menor que os 30 mil propagados pela resistência, surgiu de documentos que tiveram o sigilo derrubado por Washington nos últimos dez anos. Tratava-se de uma correspondência entre militares argentinos e chilenos, conversando no âmbito da Operação Condor, em que os primeiros relatavam aos colegas do país vizinho que já haviam "eliminado 22 mil pessoas ligadas à subversão", entre os anos de 1975 e 1978 (FOLHA DE SÃO PAULO, 24 de março de 2016).

---

<sup>8</sup> Para Mendes (2013, p. 10), o total é de 360 campos de concentração e tortura.

<sup>9</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *40 anos do golpe militar na Argentina*. Data 24/03/2016. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/40-anos-do-golpe-militar-na-argentina/>>. Acesso em 02 de abril de 2018.

Na mesma reportagem do jornal Folha de São Paulo, com texto da enviada especial a Buenos Aires, Sylvia Colombo, consta a polêmica afirmação do General Jorge Rafael Videla, o comandante da primeira junta militar, conhecida como os “anos de chumbo”, em entrevista ao jornalista Ceferino Reato<sup>10</sup>, de que a cúpula do golpe havia concordado em eliminar de sete a oito mil pessoas. O General Videla também admitiu a política da adoção dos bebês. Esse é um dos fatos mais emblemático dessa época, cuja repercussão ainda causa reações de espanto e cujo tema serviu de enredo para o livro tratado neste trabalho.

Além do desaparecimento de milhares de pessoas, cerca de 500 bebês e crianças, órfãos desses pais falecidos (as) ou desaparecidos (as), foram sequestrados ou confiscados e destinados à adoção por famílias de militares e da elite social argentina. Esses números também divergem, segundo o jornal, foram localizadas 119 crianças, na faixa dos quarenta anos, atualmente<sup>11</sup>. A investigação e a busca por reencontrar e recuperar a verdadeira identidade dessas crianças faz parte da luta e do trabalho realizado pelas Avós da Praça de Maio, organização que surgiu do primeiro movimento, as Mães da Praça de Maio<sup>12</sup>, fundada em 30 de abril de 1977. Essa associação criou uma rede de apoio para as famílias na procura por informações e direitos. Outra associação nesse formato é a H.I.J.O.S, instituída por filhos e filhas de desaparecidos (as) ou mortos (as).

A última ditadura na Argentina terminou em 1983. Um dos episódios que contribuiu para esse fator foi a Guerra das Malvinas, de abril a junho de 1982, contra o Reino Unido, junto a crescente desestabilização da economia, o aumento da dívida externa, da inflação e da pobreza. Depois da restauração do sistema democrático, os governos se sucederam na missão de investigar e condenar os culpados, ou, então, por outro lado, promover algum tipo de anistia. Esse dualismo começou no próprio governo de Raúl Alfonsín (1983 – 1989), tendo sido instituída a CONADEP para investigar e apurar os fatos, além da prisão e do julgamento de vários envolvidos nas juntas militares. Porém, logo em seguida, com a promulgação das leis Ponto Final (1986) e da Obediência Devida (1987), houve uma anistia e muitos foram liberados.

Com a redemocratização, a disputa política entre a esquerda peronista e a direita liberal dá o tom sobre os crimes da ditadura. Com os governos kirchneristas, as leis da anistia de 1980 e 1990 foram revogadas e ditadores como os generais Jorge Videla (falecido na prisão em 2013) e Reynaldo Bignone foram condenados à prisão perpétua. Muitos investigados foram condenados por crimes cometidos em nome do Estado, julgados por crimes de lesa-humanidade, mesmo depois de várias

---

<sup>10</sup> REATO, Ceferino. *Disposición final*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

<sup>11</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *40 anos do golpe militar na Argentina*. Data 24/03/2016. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/40-anos-do-golpe-militar-na-argentina/>>. Acesso em 02 de abril de 2018.

<sup>12</sup>Para outras informações: *Asociación Madres de Plaza de Mayo*. Disponível em: <[http:// http://madres.org/](http://http://madres.org/)> *Abuelas de Plaza de Mayo*. Disponível em: <<https://www.abuelas.org.ar/>>

décadas do ocorrido; enquanto que os crimes causados pelas guerrilhas ficaram de fora, por serem considerados crimes comuns e prescritos, baseado no Estatuto de Roma<sup>13</sup>.

Conforme Beatriz Sarlo (2007, p. 47), o exemplo da Argentina sob o signo do “Nunca más”, durante a apuração e investigação da CONADEP, presidida pelo escritor Ernesto Sábato e cujos resultados foram publicados no livro intitulado *Nunca más* deve servir como uma manifestação de um discurso repetido e rememorado também para estabelecer o vínculo entre o horror acontecido e a experiência dos relatos testemunhais. Vários desses testemunhos serviram como base para comprovar os crimes cometidos pelos envolvidos nas juntas militares.

### **3 A SEGUNDA MORDIDA NÃO SE ESQUECE: MULHERES QUE MORDEM E A REMEMORAÇÃO PELA FICÇÃO DE UM PASSADO DE SANGUE, DOR E LUTO**

“A ditadura na Argentina, os desaparecidos e as cerca de 500 crianças sequestradas e adotadas por famílias de militares e policias da década de 1970 são reais. As Avós da Praça de Maio também são. O resto é ficção [NA]. (LEAL, 2015, p. 115)”. Essa nota da autora [NA], Beatriz Leal, ao final do livro, indica as chaves de leitura que podem conduzir a análise desse texto: os fatos reais acontecidos, a evocação da memória social e coletiva e o trabalho simbólico da ficção a partir desses fatos reais e dessa rememoração. Antes de passar a análise, porém, é preciso situar a autora nesse contexto de sistema literário e mercado editorial brasileiros.

*Mulheres que mordem* (2015) é o primeiro romance da jovem autora de 32 anos, nascida em São Paulo e residente em Brasília, Beatriz Leal. A partir da temática da ditadura militar na Argentina, especificamente, desse fato emblemático do desaparecimento de milhares de pessoas e da adoção de bebês pelas famílias de militares, a autora centraliza a narrativa na perspectiva das personagens femininas. E por que essas informações sobre a autora e suas escolhas estéticas, temáticas e narrativas são relevantes?

Em primeiro lugar, faz-se imprescindível relatar, mesmo que brevemente, os dados coletados na pesquisa quantitativa intitulada “A personagem do romance brasileiro contemporâneo”, realizada e coordenada pela professora Regina Dalcastagnè, do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC), da UnB (Universidade de Brasília). Conforme a amostragem, de um *corpus* de 258 livros, no período de 1990 até 2004, das três editoras, Companhia das letras, Record e Rocco, escolhidas por critérios especificados pela pesquisadora como relevância editorial, foi possível traçar o perfil do “escritor brasileiro” e das personagens dos romances. O “escritor” é homem (72,7%), branco (93,9%, entre autores e autoras), com diploma

---

<sup>13</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *40 anos do golpe militar na Argentina*. Data 24/03/2016. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/40-anos-do-golpe-militar-na-argentina/>>. Acesso em 02 de abril de 2018.

superior (78,8%), residente no eixo Rio-São Paulo (49,7%), e com mais de 50 anos (28,3%). (DALCASTAGNÈ, 2012).

Com relação às personagens dos romances, segundo critérios estabelecidos de importância na narrativa: 58,9% se passam no período de redemocratização (1985); 82,6% em uma grande cidade; 62,1% das personagens são do sexo masculino (considerando que as personagens femininas importantes estão ausentes em 41 romances - 15,9%); a maioria são narradores (68,3%) e protagonistas homens (71,1%) e mesmo quando são coadjuvantes ainda são mais numerosos, 58,3%, contra 41,5% de mulheres; 90% são heterossexuais; 79,8% de cor branca; das personagens femininas que aparecem, a ocupação principal, dentro das relações profissionais, é a de dona de casa, com 25,1%. Dos livros escritos apenas por mulheres, 52% são do sexo feminino (64,1% protagonistas e 76,6% narradoras) (DALCASTAGNÈ, 2012).

Esses dados, apesar de até 2004, levantam muitos questionamentos sobre a (falta de) representatividade de gênero, cor, raça, orientação sexual, importância social e profissional, tanto no plano dos produtores e produtoras de literatura, como no plano da ficção. É nesse sentido que o livro de Beatriz Leal, uma autora mulher e jovem, com uma narrativa centralizada e protagonizada por mulheres com diferentes perfis psicológicos, desempenhando distintos papéis sociais e ocupações profissionais, situa-se no paradigma da legitimação da voz e da participação feminina (o outro) como agente social e também como criadora de imaginários, espaços simbólicos e universos ficcionais. De mesmo modo, a temática da ditadura, ao se fazer presente ficcionalmente, adquire suma importância na rememoração desse período e coloca certa lupa sobre a participação ativa das mulheres, sejam elas militantes, vítimas de tortura, guerrilheiras, lutadoras contra a repressão autoritária do Estado<sup>14</sup>.

*Mulheres que mordem* (2015) é um romance polifônico, com diferentes instâncias narrativas, diferentes temporalidades e estilos: prosa, literatura epistolar e diálogo na modalidade entrevista. A estrutura narrativa está dividida, na maior parte, em capítulos curtos a partir de uma instância narrativa heterodiegética focalizada na protagonista, Laura; em outros capítulos, a narração heterodiegética está focalizada na mãe adotiva, Elena; há ainda nove cartas escritas pela personagem Rosa (narradora-autodiegética), avó legítima de Laura, dirigidas a Roberto (pai legítimo de Laura), todas marcadas graficamente pela fonte da letra em itálico; existem duas cartas com as respostas de Roberto – narrador autodiegético (há uma primeira carta que não aparece na narrativa, uma segunda que parece interrompida, pois não consta a assinatura e a última não é possível saber se

---

<sup>14</sup> Nesse ensejo, é possível lembrar as personagens Manuela (codinome, na verdade seu nome era Joana), a guerrilheira desaparecida na Guerrilha do Araguaia, no livro *Azul-Corvo* (Rocco, 2010), de Adriana Lisboa; e Vicky, a amiga da narradora autodiegética de *Mar azul* (Rocco, 2012), de Paloma Vidal, ativista que foi morta na ditadura argentina.

foi enviada e recebida por Rosa); por fim, há as seis sessões de consultas – ao que parece de psicoterapia - entrevistas gravadas entre Ramiro e a psicóloga (ao que tudo indica é uma profissional de Psicologia ou Psiquiatria), identificadas com o nome do paciente e o número da sessão, conforme o exemplo: “Paciente: García de Los Ríos, imigrante. Consulta n.1 – 06/06/1992 (LEAL, 2015, p. 23)”.

Os capítulos focalizados em Laura se passam em 2006, quando a jovem advogada está com 28 anos (prestes a fazer 29); os que são focalizados em Elena, entre o final dos anos 1970 e começo dos 1980, tendo em vista que Laura nasce em 1977, Elena falece em 1985 e Laura e o pai adotivo, Ramiro, mudam-se para o Brasil em 1987, quando ela tem dez anos. As cartas de Rosa estão datadas entre 1981 (informação da morte de Clara, sua filha e mãe legítima de Laura), 1982, 1983 e a última em 1985 (ano da partida de Laura). A carta de Roberto data de 2007 e as sessões de consulta de Ramiro, 1992. Laura mora em Brasília, Rosa permanece em Buenos Aires, Roberto está em Búzios, litoral do Rio de Janeiro.

O ponto de partida da narrativa é a impossibilidade de Elena engravidar, enquanto um tumor segue tomando conta de seu útero. Elena é casada com Ramiro, tenente-coronel do Exército argentino. Os dois se conheceram em 1972 nos círculos militares de Buenos Aires, que ela frequentava por causa do irmão. Paralelamente, pelas cartas de Rosa, é possível conhecer a sua busca pela filha desaparecida, Clara. As cartas são escritas e dirigidas a Roberto, companheiro de Clara, que fugiu da ditadura, mudando-se para o litoral carioca.

Na primeira carta, em 6 de setembro de 1981, Rosa informa que sua busca havia terminado, pois tinha sido informada do falecimento da filha e deveria, então, reconhecer seus restos mortais. É na terceira carta, datada de 19 de janeiro de 1982, que a personagem relata ter estado na Associação das Avós da Praça de Maio e que Clara poderia ter tido um filho ou uma filha. Ela não tem certeza da informação e, por isso, fica em dúvida se sua busca havia mesmo terminado ou se estava apenas recomeçando, agora, com novo objetivo: a procura de seu neto ou neta.

Laura chega aos braços e à vida de Elena trazida por Ramiro. Elena jamais havia pensado em adotar um bebê, até que Laura torna-se a sua filha, independentemente de ter ou não gestado e parido a menina. É o sentimento de mãe. Dois anos depois da morte de Elena em Buenos Aires, Ramiro recebe um convite para trabalhar no Brasil e se muda com a filha, Laura, para a capital federal do país vizinho.

Assim, Laura cresce no Brasil e sua narrativa passa a ser e estar vinculada com a arquitetura planejada de Brasília (a Asa norte e a Asa azul, os ônibus conhecidos por zebrinhas), com a nova família brasileira (a madrasta, Lúcia, e suas filhas Laís e Sara), e os limites impostos pelo pai: o espanhol era proibido em casa, não existiam referências sobre a Argentina e as ligações com a

família da mãe (Elena) também foram suspensas. Adulta, com a vida profissional estabilizada, alguns relacionamentos (o namorado de olhos verdes), uma rede de amigos, e a rotina de se manter sempre ocupada e produtiva (pintar as unhas, frequentar academia, sair para as festas, cumprir metas de emagrecimento, jogar vôlei com o pessoal da empresa, etc.), a jovem advogada ainda se sente vazia e com uma sensação incômoda. Então, ela decide retomar os laços com a cultura de seu país natal e resolve fazer aulas de tango e de espanhol: “Laura não ousava resgatar qualquer associação à cultura argentina enquanto morava com o pai. Sabia que causaria desconforto. Hoje, são as duas atividades com que ela preenche seu tempo livre (LEAL, 2015, p. 62).”

Beatriz Leal tece a narrativa através desses pontos de vista focalizados nessas personagens femininas, mas também em suas histórias de mulheres, suas vidas e nos seus papéis sociais, profissionais e nas construções psicológicas de seus perfis. Temas como a maternidade (e sua impossibilidade), o câncer e a retirada de útero, a menopausa – Rosa fala sobre essa fase em uma das cartas –, a condição da avó como “mãe duas vezes”, aspectos psicológicos e sociais enfrentados pelas mulheres: a pressão social do casamento, as cobranças enfrentadas no trabalho, as dificuldades de relacionamento, especialmente na contemporaneidade. Todas as personagens, com exceção de Elena que é dona de casa, possuem uma ocupação profissional: Rosa é pianista e professora de piano, Laura é advogada, Clara é estudante universitária, militante que vai ser presa e torturada pelos agentes da repressão, e há a profissional, não-identificada, que entrevista Ramiro nas sessões de psicoterapia.

O traço em comum das personalidades dessas mulheres é o que garante o título do romance e os vínculos de força, sustentação, controle, estrutura psicológica e os traumas inerentes e causados pelo transtorno obsessivo compulsivo do ato de morder. São mulheres que mordem. Pelo autocontrole, para terem controle do externo, para terem força de sobreviver, para continuarem vivendo, pela manutenção de seus corpos, para serem plenamente donas de suas vidas, para existirem enquanto mulheres que mordem a vida. Clara morde a própria bochecha a cada golpe de tortura recebido. Elena conta as mordidas em cada mastigada. Laura morde as escovas de dente. Na sessão de consulta, entrevista - gravada pela profissional, Ramiro relata o sonho que tivera com Clara e sua obsessão por se auto-morder:

O que você vê quando sonha com ela?

Eu vejo as bochechas dela em rápidos movimentos de contração e descontração. Ela contraía o músculo das bochechas, o tempo todo, compulsivamente. Enquanto estava parada, enquanto recebia as torturas. Em vez de gritar, parecia que ela mordida cada vez mais forte, sangrava a boca dela, de murros que ela levava, mas também das mordidas de dor que ela dava. De tão magra, dava para ver as bochechas subindo e descendo, contração (LEAL, 2015, p. 90).

Elena conta as mordidas efetivadas em cada mastigada:

Ela se ocupava contando quantas mastigadas havia dado no frango, movimentando a arcada dentária inferior em direção à superior no ritmo da música que tocava dentro do compasso com que o repórter dava a notícia sobre a morte de Elvis Presley. Elena só não contava mastigadas quando ouvia de longe os passos fortes de Ramiro. Cinco anos depois, ela sabia que ele precisava, invariavelmente, de 59 passos para chegar do quarto à cozinha, de manhã, após acordar. Cinquenta e nove eram muitas mordidas em um só pedaço de pão sem manteiga, mas era mais forte em Elena o instinto de não interromper a contagem para colocar um novo pedaço na boca (LEAL, 2015, p. 16-17).

Laura preenche o tempo de forma obsessiva e no lugar de questionar qualquer coisa, e mesmo os motivos de a família da mãe (Elena) não ter mantido contato, mesmo sentindo-se sozinha e abandonada, nunca vai perguntar ao pai. Mesmo lembrando-se dos lábios finos da mãe e a diferença para os seus, tão grossos, Laura nunca perguntou ou vai perguntar ao pai. Por que não podia resgatar a cultura argentina em sua vida e sobre distanciamento afetivo do pai, Laura também não vai perguntar. Ramiro, por seu lado, encoraja a filha a se ocupar cada vez mais, desde adolescente. “Laura vai continuar sua vida, esquentar seus chás e tomar seus vinhos, pintar as unhas de 122 tons diferentes, o cabelo de três. Vai quebrar com os molares 12 escovas de dente vagabundas (LEAL, 2015, p. 107).”

A narrativa tem um ritmo ágil e a linguagem empregada em frases curtas e compassadas sugere o estilo da poesia ou prosa poética, com a repetição dos nomes das personagens como espécie de refrão e rima, além de blocos de um parágrafo só. O texto, em sua maior parte, é narrado em sumário, elencando situações narrativas, com poucas apresentações de cena, ação e diálogos. Com exceção para os diálogos nas sessões de consulta do personagem Ramiro, o militar que tortura e mata Clara, confisca sua filha e a leva para a sua esposa, impedida de engravidar, criar a menina.

Não é o objetivo deste trabalho focar nesse personagem, porém, é bastante significativa a construção de Ramiro enquanto homem, marido de Elena e pai adotivo de Laura, Tenente-coronel do Exército, torturador e agente da repressão nos anos de chumbo da ditadura argentina. As sessões de psicoterapia, que são gravadas em fitas, são um recurso narrativo criativo e também servem para mostrar as diferentes faces do personagem, de certo modo, “humanizando-o” frente à ideia (clichê) de caracterizá-lo como um vilão típico sádico, ou, ao menos, sugerindo a leitura de que Ramiro pudesse cumprir seu serviço de “conseguir informações”, mas sem sentir prazer na tortura física, nos maus-tratos e nas mortes<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> A autora Beatriz Leal explicitou durante o evento *Journée d'études Internationales Littérature et Dictatures*, realizado nas dependências da Sorbonne Nouvelle, em outubro de 2017 em Paris, na França, que buscou referências no filme *O leitor* (no original em inglês, *The reader*, dirigido por Stephen Daldry, ano 2008) para a construção do personagem Ramiro.

No final do romance, utilizando-se do recurso temporal de uma conjugação verbal no futuro, a instância narrativa heterodiegética informa que Laura jamais vai saber que era, na verdade, filha legítima de Clara, a militante torturada e morta por Ramiro, de quem ela carregava o sobrenome García de Los Ríos. Laura jamais vai saber que era neta de Rosa, a sua professora de piano, a qual foi dar aulas no bairro da Recoleta, elite social de Buenos Aires, para ficar perto das famílias dos militares e descobrir informações sobre seu neto ou neta.

Laura jamais vai saber que durante alguns poucos anos conviveu com sua avó materna legítima, a mesma senhora de lábios grossos que tentava lhe ensinar piano e servia suco de laranja. Laura jamais vai saber que seu pai impediu a continuação das aulas de piano ao ver em cima da mesa de Rosa um panfleto sobre a Associação das Avós da Praça de Maio. E Laura jamais vai saber que, quando esteve na pousado do argentino Roberto, o Bob, em Búzios, ao lado do então namorado de olhos verdes, estava, na verdade, frente a frente e conversando com o seu próprio pai. O romance termina com as duas cartas de Roberto, a primeira, ao que parece, não ter sido enviada à Rosa e, a outra, de 2007, assinada, relata o encontro com a menina argentina filha de militar que ele não lembrava o nome, mas o fez ter vertigens pela semelhança física dos lábios grossos e o olhar fascinado como os de Clara.

Beatriz Leal escolhe avisar leitores e leitoras, por meio da Nota da Autora, citada no começo desta análise, de que os fatos são reais, mas as personagens e a narrativa são ficção. Ou seja, a temática que baseia o enredo, o episódio do confisco das crianças, filhos e filhas de desaparecidos (as) ou mortos (as), adotadas pelas famílias de militares durante a última ditadura na Argentina, pode fazer parte do que Maurice Halbwachs (1990) vai denominar como memória social, diferentemente de como a disciplina História pode tratar o fato histórico do “Proceso de Reorganización Nacional”.

Conforme Halbwachs (1990, p. 67), a história não é todo o passado, tampouco o que resta do passado, pois, ao lado de uma história escrita, existe uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo. As memórias individuais, a partir dos fatos vividos, dos relatos, dos testemunhos, da história oral, são reorganizadas nos grupos sociais, identitariamente reunidos, a fim de manter o seu armazenamento e a sua preservação. Nesse sentido, a memória, embora pareça, numa primeira instância, individual e de domínio particular, está em interação social, tendo em vista que o indivíduo faz parte e é produto de um grupo. Como no caso desse fato histórico na Argentina: o caráter nacional do evento será lembrado coletivamente de modo diferente pelo grupo de guerrilheiros que fez parte da resistência e foi torturado, pelos sobreviventes e testemunhas, pelo grupo de militares que executou essa prática de terror de Estado, e pelas famílias de desaparecidos (as) ou mortos (as).

Segundo Beatriz Sarlo (2007), a reivindicação da memória como instância reconstituidora do passado é também um modo de dar voz às testemunhas da violência do Estado. Ao se referir à experiência do relato testemunhal, necessário a todos os países que vivenciaram esses tempos de violência, como no caso dos países da América Latina durante os regimes ditatoriais da segunda metade do século XX, o discurso da memória, ao ser transformado nessa linguagem do testemunho, tem o verdadeiro efeito reparador da subjetividade.

O testemunho sai, então, do aspecto jurídico e opera no campo ideológico e cultural. A reconstituição e a rememoração desses fatos pela linguagem transformam a experiência em narração da experiência: pois não existe uma forma de se testemunhar sem a experiência e não existe a experiência sem a narração. É pela linguagem que se rompe o “aspecto mudo” da experiência, evitando-se, com isso, o seu esquecimento e reabilitando-a ao tempo imediato do acontecido:

A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007, p. 25).

Beatriz Sarlo (2007, p. 55) explicita que o sujeito da memória dessa década foi a juventude, com sua imagem de idealismo revolucionário, tendo em vista, inclusive, os movimentos das Mães e das Avós da Praça de Maio, em busca dos filhos e das filhas sacrificados (as). Em outro plano, estão os filhos e as filhas dessas testemunhas da experiência sofrida, essa segunda geração que objetiva reconstruir as experiências de pais e mães apoiados nas suas memórias, como uma reconstituição de fatos não vivenciados por eles (as) próprios (as).

Assim, a respeito do conceito de *pós-memória*, estabelecida por Marianne Hirsch e James Young, considerando toda a experiência do passado como vicária, em que muitos desses sujeitos tentam se colocar, pela imaginação ou pelo conhecimento, no lugar dos que vivenciaram a experiência de fato, Sarlo (p. 93) comenta que toda a narração do passado é uma representação, algo dito *no lugar de* um fato, ou seja, a condição vicária não é exclusiva desse conceito e nem nas mediações implicadas nesse processo. O diferencial dessa reconstituição seria o grau e a intensidade da subjetividade envolvida por esses familiares.

#### 4 AS MORDIDAS ACABARAM?: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, faz-se referência às afirmações de Beatriz Sarlo (2007, p. 117) sobre as questões da ficção e como esse recurso pode ser utilizado para representar aquilo – o horror – que

não existe em nenhum testemunho em primeira pessoa, aquilo que não foi dito, como no exemplo dos soldados-testemunhas, representando toda a “banalidade do mal”, assim chamada por Hannah Arendt. É pelo recurso da ficção, da construção simbólica, da imaginação e da descrição das cenas que são garantidas as forças de sustentação de algo que não pode caber no plano e nem ser relatado pela experiência.

Desse modo, faz-se desnecessária a informação se o autor ou a autora utilizou-se de algum aspecto ou uma dimensão autobiográfica para embasar os fatos, pois a capacidade e a força da cena ficcional dizem por si só: “A literatura, é claro, não dissolve todos os problemas colocados, nem pode explicá-los, mas nela um narrador sempre pensa ‘de fora’ da experiência, como se os humanos pudessem se apoderar do pesadelo, e não apenas sofrê-lo (SARLO, 2007, p. 119)”.

É nesse sentido que o livro *Mulheres que mordem*, de Beatriz Leal, pode auxiliar na rememoração e reatualização dessa memória coletiva que, para Paul Ricoeur (2008), não está privada de recursos críticos. Segundo Ricoeur (2008), na intersecção da história com o trabalho literário e da literatura como recepção em que a memória, não apenas instruída, mas igualmente ferida pela história, pode introduzir a experiência partilhada da narrativa na luta contra a imposição da repetição (também em nível de noção moral e de dimensão crítica do conhecimento histórico) sob a pressão das resistências, trabalhando o luto e a dor aproximados ao dever da memória de fazer justiça às vítimas desses regimes ditatoriais e da violência de Estado.

## 5 REFERÊNCIAS

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro/Vinhedo: Editora da UERJ/Horizonte, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **40 anos do golpe militar na Argentina**. Data 24/03/2016. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/40-anos-do-golpe-militar-na-argentina/>>. Acesso em 02 de abril de 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LEAL, Beatriz. **Mulheres que mordem**. Rio de Janeiro: Motor: Ímã editorial, 2015.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional** – algumas considerações sobre a Historiografia. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, SC, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 06 - 38. <<http://dx.doi.org/10.5965/2175180305102013006>> Acesso em 02 de abril de 2018.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícius. **Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul - Historiografia e Perspectivas**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.º. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015. Disponível em: <<http://revista.anphlac.org.br/>>. Acesso em 02 de abril de 2018.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar Argentina 1976 -1983: do golpe de estado à restauração democrática**. Tradução de Alexandra de Mello e Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

PIZARRO, Ana et al. **La literatura latinoamericana como proceso**. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1985.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François, Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. “Memory, history, oblivion”: Memória, história, esquecimento. **Conferência**. Data 8 de março de 2003. Budapeste, Hungria. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia)> Acesso em 02 de abril de 2018.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **A ditadura militar na Argentina (1976-1983)**: retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais. Revista Lutas Sociais, São Paulo, SP, vol.18 n.32, p.163-176, jan./jun. 2014. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/gonzalo\\_adrian\\_rojas.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/gonzalo_adrian_rojas.pdf)> Acesso em 02 de abril de 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VASCONCELOS, Lucío Flávio. **Ditadura militar e reformismo no PERU (1968-1975)**. Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA [32]; João Pessoa, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/27094/14445>> Acesso em 02 de abril de 2018.

VERBITSKY, Horacio. Memoria, verdad y justicia: el modelo argentino. In.: DO VALLE, Maria Ribeiro et al. **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

**Title**

Biting to live and writing to remember: Beatriz Leal's *Mulheres que mordem* and the remembering of a time that cannot be forgotten in Latin America.

**Abstract**

My goal in this work is to analyze how both female characters and their relations to Latin American civil-military dictatorships are built in the book *Mulheres que mordem* (Women who bite), by Brazilian author Beatriz Leal. This novel, which was published in 2015 and was nominated for the 58<sup>th</sup> Jabuti Awards, is focused on the Argentinian dictatorship and sets different points of view about this period and its consequences. From the female characters' perspectives, one can trace a historical path for movements such as the Plaza de Mayo Mothers and Grandmothers, in order to reflect on the links between literature and memory, specially collective memory, and the processes of writing on the past, however recent and visceral. In order to do it, I use Beatriz Sarlo, Maurice Halbwachs and Paul Ricoeur to deal with the subject of memory. My intention is also to discuss the implications of fictional writing as a tool for symbolic production and remembering (as well as updating) the historical facts mentioned.

**Keywords**

Latin America dictatorships; feminine perspective; *Mulheres que mordem*; Beatriz Leal.

---

Recebido em: 20/03/2018.

Aceito em: 22/04/2018.